

RECURSO ESPECIAL Nº 1.702.809 - RS (2017/0234773-9)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
RECORRENTE : ANGELINA CORADIM
RECORRENTE : CECILIA BORTOLI GODOI
RECORRENTE : IZOLITA MARIA MARINI VEZZARO
RECORRENTE : LYRA MULLER
RECORRENTE : OSORIO GODOI
ADVOGADOS : PAOLO LACORTE - RS067388
MARCELO HAESER PELLEGRINI - RS072821
CRISTIANE GEHLEN KLAUS - RS073523
NATHÁLIA SERENA - RS083453
IRINEU GEHLEN - RS0005821
EUNICE KUREK GEHLEN - RS0026724
MARCELO HAESER PELLEGRINI - RS0072821
RECORRIDO : DASSI - PRESTACAO DE SERVICOS E TRANSPORTES LTDA - ME
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
RECORRIDO : JULIANO MOISES DOS SANTOS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE ERECHIM
ADVOGADOS : FERNANDA TROMBINI JACOBUS - RS054798
ANDRE SALVADOR BORGES - RS054577
RECORRIDO : TRANSPORTES DEMOLINER LTDA
ADVOGADO : ALEXANDRE BISOGNIN LYRIO E OUTRO(S) - RS0021265
RECORRIDO : COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN
ADVOGADOS : JOSÉ ROBERTO MARTINS E OUTRO(S) - RS047762
ALEXSANDRO MASSERON MARTINS - RS071164

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ANGELA CORADIM e OUTROS, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, que desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado (e-STJ fl. 617):

APELAÇÃO CÍVEL RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANOS MORAIS. ILEGITIMIDADE DOS AVÓS DAS VÍTIMAS. PRESCRIÇÃO. Prescrita a pretensão indenizatória formulada pelos autores, tendo em vista a incidência do prazo trienal previsto no art. 206, § 3º, V, do CC. No caso dos autos, é inaplicável a causa suspensiva do prazo prescricional prevista no art. 200 do CC. Precedentes. Processo extinto, com resolução de mérito, forte no art. 269, IV, do CPC. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA. AGRAVO RETIDO E APELAÇÃO PREJUDICADOS.

Os recorrentes apontam, além de divergência jurisprudencial, violação do art. 200 do Código Civil/2002, alegando, em síntese, que o prazo inicial

prescricional nas ações indenizatórias conta-se a partir do trânsito em julgado de eventual ação penal.

Contrarrazões apresentadas.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado 2).

Considerado isso, observa-se que o Tribunal de origem desprestigiou a jurisprudência desta Corte sobre o tema.

Com efeito, a jurisprudência deste Tribunal Superior é no sentido defendido pela parte recorrente, ou seja, de fato, em se tratando de ação indenizatória em que haja ação visando apurar ilícito penal relacionada ao fato, o marco inicial prescricional daquela inicia-se somente com o trânsito em julgado na esfera criminal.

Acerca da hipótese, confirmam-se precedentes:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ALEGADA PRISÃO INJUSTA. PRESCRIÇÃO. TERMO A QUO. TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão publicada em 15/09/2017, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73.

II. Na origem, trata-se de Ação Indenizatória, ajuizada pela parte ora recorrida contra o Estado de Santa Catarina, com o objetivo de obter a reparação pelos danos morais e materiais decorrentes de alegada prisão incabível, sob o fundamento de ter sido processado e preso injustamente, quando fora confundido com seu irmão. Julgada improcedente a demanda, o acórdão do Tribunal de origem reconheceu, de ofício, a prescrição, declarando prejudicada a Apelação do autor.

O Tribunal de origem reconheceu, como termo a quo do prazo prescricional, a ocorrência do fato. Entretanto, conforme dispõe o art. 200 do Código Civil, "quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva".

III. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou orientação no sentido de que "a coisa julgada na instância penal constitui o termo inicial da contagem do prazo de prescrição da ação de indenização em face do Estado. (...) Funda-se a jurisprudência no fato de que nesses casos o termo a quo é o trânsito em julgado da sentença condenatória penal, porquanto a reparação do dano ex delicto é conseqüente, por isso que, enquanto pende a incerteza quanto à condenação, não se pode aduzir à prescrição, posto instituto

vinculado à inação" (STJ, REsp 618.934/SC, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJU de 13/12/2004). Em igual sentido: STJ, AgRg no AREsp 631.181/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 07/12/2015; AgRg no REsp 1.474.840/MS, Rel.

Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/09/2015.

Assim, estando o acórdão recorrido em dissonância da jurisprudência sedimentada nesta Corte, merece ser mantida a decisão ora agravada, em face do disposto no enunciado da Súmula 568 do STJ.

IV. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1.478.427/SC, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/12/2017, DJe 15/12/2017).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ILÍCITO PENAL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. TERMO INICIAL.

TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA.

1. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que o termo inicial da prescrição, em ação de indenização por ilícito penal praticado por agente do Estado, é o trânsito em julgado da ação penal condenatória. Precedentes: AgRg no Ag 1.383.364/SC, Rel. Min.

Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 25/05/2011; REsp 1.244.979/PB, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 20/05/2011; REsp 439.283/RS, Rel. Min. Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 01.02.2006; REsp 842.174/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 25/02/2011; REsp 618.934/SC, Rel. Min.

Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 13/12/2004.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.325.252/SC, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/04/2013, DJe 19/04/2013).

Nesse mesmo sentido: AgInt no AREsp 919.712/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, julgado em 20/10/2016, DJe 28/10/2016; AgRg no REsp 1.519.722/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, julgado em 18/08/2015, DJe 25/08/2015; AgRg no AREsp 242.540/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Primeira Turma, julgado em 19/03/2013, DJe 02/04/2013.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para que se considere o marco inicial da prescrição a data do trânsito em julgado da ação penal. Por derradeiro, determino o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que prossiga no julgamento, como entender de direito.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator